

Gestão democrática, Estado e Sociedade Civil

Marco Aurélio Nogueira

[Texto preparado como roteiro de exposição. Para um melhor desenvolvimento, cf. Marco A. Nogueira, *Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo, Editora Cortez, 2004.]

A gestão democrática converteu-se em exigência da realidade contemporânea. Seus temas são amplos e complicados: o Estado, a sociedade civil, a participação, o universo organizacional, a qualificação dos dirigentes e dos gestores. Manifestam-se mesmo quando pensamos além do setor público, ou seja, na vida privada ou no mundo dos negócios.

Gestão e governo democrático aproximam-se de muitas maneiras. Todo esforço para governar melhor ou administrar com maior eficácia é inerentemente político. Particularmente no caso da gestão pública (mas não apenas nele), isso supõe uma consideração rigorosa do Estado, visto tanto como aparato quanto como referência ética, tanto como “sociedade política” quanto como “sociedade civil”. Se a questão, enfim, é não apenas “gerenciar” – fazer com que as coisas funcionem da melhor maneira –, mas mudar, transformar e produzir igualdade de forma ampliada e sustentável, então é no conjunto da experiência sócio-cultural, determinada em termos históricos concretos e em termos de história universal, que os olhares devem se concentrar. Os povos podem “tudo”, desde que saibam traduzir em seus próprios termos os dados e as possibilidades da época. *Gestão* não é um tema “técnico”, passível de ser resolvido por modelos, reformas pontuais, incursões racionalizadoras ou argumentos de autoridade. Por dispor-se a dirigir, a coordenar e a impulsionar a formação ampliada de decisões, a gestão democrática opera em um terreno que não se esgota no administrativo, no manuseio de sistemas e recursos, mas se abre para o universo organizacional como um todo.

A época é de mudança ininterrupta, insinuante e silenciosa. Impulsionada pelos processos da globalização capitalista, a vida acelerou. Seu ritmo é proporcional à velocidade das inovações tecnológicas, à quantidade de informações, de deslocamentos e de contatos, à “obrigação” que todos têm de viver no mundo, ligados em tudo. É sempre mais difícil estabelecer para onde se deve ou se deseja ir. A decisão – a política e o poder – escapa de nossas mãos. Os governos governam pouco, às vezes nem governam.

É um mundo que se torna *complexo* com grande rapidez. À frenética mobilidade dos capitais, à financeirização e transnacionalização das economias, à segmentação e expansão da oferta de produtos, ao surgimento ininterrupto de novas profissões, correspondem uma inevitável diferenciação social e uma forte fragmentação. Ainda que estejam mais ao alcance das mãos e sejam mais bem conhecidos, os circuitos ativos da vida social não ficaram mais compreensíveis, nem seus frutos são mais aproveitáveis. Temos informações, mas nem sempre sabemos o que fazer com elas. Não sabemos sequer se podemos escolhê-las livremente ou se são elas que nos escolhem.

A mudança acelerada e a inovação tecnológica ininterrupta fazem com que tudo se evapore no ar com inédita velocidade, põem em xeque convicções, costumes, hábitos e comportamentos, embaralham as relações entre quantidade e qualidade. A técnica e a tecnologia tornam-se valores em si, impõem um novo padrão produtivo, arrasam os parâmetros do emprego e causam impactos de vastas proporções no mundo das organizações, mexendo com suas hierarquias, seus procedimentos operacionais, suas relações internas.

O império do mercado é avassalador. O capital opera como propulsor da transnacionalização. Tudo se submete a ele, ao dinheiro, ao cálculo, aos valores econômicos. Sob seu comando, todas as áreas e regiões do mundo se integram, em condições de flagrante desigualdade, injustiça e heteronomia.

Não é difícil imaginar os efeitos que isso causa na convivência social, na vida política e na governabilidade mesma das sociedades. Tudo passa a ficar condicionado pela multiplicação e fragmentação dos interesses, pela ampliação frenética das demandas,

por graves dificuldades de coordenação e direção, pela incerteza e pela insegurança, pelo enfraquecimento das lealdades e o empobrecimento da convivência.

Constrangidas pelas imposições, dinâmicas e tensões da globalização, as organizações assistem hoje a um deslocamento de seu eixo constitutivo. Não há setor que não registre o fato: do econômico e do político ao cultural, passando pelo vasto universo das entidades associativas e de representação de interesses, a vida organizada encontra-se literalmente de pernas para o ar.

Junto com o Estado nacional, todos os centros diretivos e organizacionais perdem força e parecem fracassar. O próprio poder modifica sua configuração: desencarna, despersonaliza-se e dilui-se pelas estruturas, transferindo-se para sistemas e circuitos sempre mais “invisíveis”, difíceis de serem reconhecidos, evitados ou combatidos. A política muda de forma: deixa de se identificar com o Estado-aparato e é obrigada a abrir-se para uma sociabilidade explosiva e multifacetada, sendo forçada a rever seu sentido, seus sujeitos e seus marcos institucionais. A sensação é de que se passou a viver num contexto muito fragmentado, sem centros de coordenação e sem sujeitos efetivamente coletivos, capazes de fundar novas formas de comunidade política.

O campo das organizações mergulhou numa espécie de estágio de “sofrimento”, um mal-estar que incomoda e se impõe. Nada funciona muito bem nas organizações, nada satisfaz, nada parece ter força suficiente para alterar o rumo das coisas, como se a vida e a história estivessem paradas no tempo. No entanto, tudo se move freneticamente. As dificuldades cotidianas, as fraturas nas subjetividades, o impacto das novidades tecnológicas sucessivas, a escassez real de recursos, o aumento da incerteza e da insegurança bloqueiam a interação dinâmica dos indivíduos, freiam a criatividade e reforçam rotinas improdutivas, em nome da necessidade que se teria de ser pragmático e não perder de vista o cálculo e os interesses de curto prazo. Como reação, sobem as taxas de angústia e ansiedade, aumenta a inquietação e tendem a se disseminar atitudes de rebeldia, ceticismo e niilismo, muitas vezes retóricas e quase sempre impotentes para produzir consensos ativos, contra-tendências consistentes ou mudanças efetivas no

cotidiano organizacional. As organizações passam a apresentar seguidos déficits de sentido. Perdem o encanto e o poder de sedução.

As organizações, assim, “sofrem” por se ressentir da ausência relativa de centros indutores e vetores consistentes de direcionamento. Evoluem meio fora de controle, ou meio artificialmente, como sistemas vazios de densidade comunicativa ou, para falar com Habermas, de “mundos-da-vida” ativos, capazes de produzir consensos interpretativos, solidariedade e formas espontâneas de coordenação. Os centros dirigentes estão formalmente presentes, mas operam de modo pouco efetivo, não se legitimam com facilidade e produzem escassos efeitos organizacionais. Conseguem, digamos assim, disseminar ordens administrativas e comandos de autoridade, mas não criam vínculos ativos de vontade coletiva. Dominam, mas não se mostram capazes de dirigir. É precisamente por isso que as organizações que “sofrem” não são necessariamente organizações mal organizadas ou desprovidas de estruturas administrativas visíveis, presentes e bem-aparelhadas. Elas estão administrativamente estruturadas, mas o aparato administrativo não se mostra solidarizado com as pessoas e só consegue se vincular a elas a partir “de fora”, como mecanismo de coerção, bloqueio ou burocratização.

O “sofrimento organizacional” não é mais que um subproduto do mal-estar geral em que se parece viver. Não anuncia a morte nem o caos inevitável, mas convulsiona a vida cotidiana, as consciências individuais e as culturas organizacionais. Para ser enfrentado de modo positivo, requer a assimilação de novos hábitos e procedimentos, uma conversão nos termos mesmos da vida organizada, uma recuperação de certas tradições perdidas e, antes de tudo, a produção em série de recursos humanos inteligentes.

Não é sinônimo de desordem. Apenas reflete um quadro em que certezas se convertem em apostas, em que a perda de segurança é compensada pelo crescimento das expectativas e das promessas, em que a movimentação vale mais do que a construção, em que se vive sempre com culpa (por não se fazer tudo o que se devia, por não assimilar todas as informações, por perder tempo inutilmente, por não se conseguir relacionamentos elevados), em suma, no qual a obsessão pelo sucesso individual, por

vencer na vida, se combina com a exponenciação artificial dos controles. Trata-se de um estado de turbulência e inquietação, no qual qualquer decisão custa muito e produz poucos efeitos.

Tudo isso cria inúmeros desafios para a direção e a administração cotidiana. Por serem complexas e viverem em um ambiente igualmente complexo, as organizações atolam-se em demandas e atividades que exigem processos de gestão ágeis e bem articulados. A cultura em que se vive não aceita morosidade, desperdício, excesso de burocracia ou ineficácia. Todos desejam participar e influenciar o tempo todo, e em boa medida podem fazer isso sem muitas restrições ou dificuldades. Mas nem sempre existe disposição para assimilar os tempos mais longos que são inerentes às decisões. É um paradoxo: desejam-se decisões rápidas (porque os problemas se superpõem incessantemente) e ao mesmo deseja-se deliberar a respeito de tudo. O “sofrimento” reflete esse desencontro de expectativas.

Nesse quadro de crise e sofrimento organizacional, em que transformações intensas e aceleradas exigem a mudança mas, ao mesmo tempo, tornam tensa e difícil a mudança, passa-se a viver sob o risco constante de que se mude sem rumo, sem projeto, direção ou protagonismo subjetivo. Na verdade, trata-se de um risco inerente a toda fase de mudança intensificada: indivíduos, grupos e organizações, assim como idéias e procedimentos, são arrastados e envolvidos pela onda transformadora, que de certo modo se naturaliza. Declina a capacidade de resistir à mudança ou de negociar os termos da mudança, ainda que se possa manifestar indignação ou se protestar veementemente contra ela. A mudança, nesse caso, impõe-se sobre os atores, forçando-os a se adaptar a ela e a desistir de direcioná-la.

A interferência ativa nesse quadro de mudanças exacerbadas almeja precisamente submeter a mudança ao controle democrático: decidir coletivamente sobre ela, o que pressupõe capacidade de alcançar entendimento mútuo, organizar a convivência e politizar a vida, trazendo o poder de volta para o espaço da política, com suas instituições, ritmos e valores. Uma interferência desse tipo, portanto, depende da

exacerbação de uma racionalidade ético-política, crítica, emancipadora, impulsionada por sujeitos autônomos e deliberantes.

A crise das organizações, os problemas de desempenho dos sistemas administrativos e a sensação de que se vive em ambientes pouco produtivos e imersos no “caos estabilizado” estão fazendo com que se generalize a convicção de que precisamos de uma nova idéia de gestão. A gestão (pública e privada) está hoje sob pressão.

A gestão democrática se qualifica pela capacidade de compreender os processos sociais de modo crítico e abrangente, pensando a crise e a mudança acelerada. Em decorrência, debruça-se sobre as organizações não como algo dado, mas como um vir-a-ser dialético, dinâmico, contraditório e imune a imposições administrativas, vindas “de cima”. Uma gestão desse tipo opera além do formal e do burocrático e se compromete abertamente com o aprofundamento da participação e da composição dialógica, bases vivas de uma nova e mais avançada estrutura de autoridade.

Ela é essencialmente comunicativa. Sua principal “arma” é o diálogo. Assimila as organizações como espaços éticos e políticos que interagem de modo ativo com a vida, são povoados por pessoas, desejos e interesses que precisam ser interiorizados na gestão e não podem ser simplesmente “gerenciados”.

Do mesmo modo que na sociedade e no Estado, a principal tarefa dos dirigentes democráticos e dos recursos humanos “inteligentes” no interior das organizações é de natureza ético-política: construir uma nova racionalidade (crítica e comunicativa, em vez de instrumental), dar impulso a uma reforma cultural, agir não para maximizar o uso da força, a eficiência a qualquer custo ou as razões administrativas, mas para promover a reposição dos pactos básicos de convivência e a formação de novos alinhamentos políticos e intelectuais.

A possibilidade de dirigir e direcionar a mudança depende de operações que requerem o pleno emprego da negociação e da articulação, que são poderosos recursos democráticos. Participação, representatividade, capacidade de argumentação e eficiência caminham de mãos dadas. Sem elas, não há como avançar nem como reformar a gestão.

A prudência, a tolerância e a cautela tornaram-se bens indispensáveis. Mas a perspectiva da mudança também exige a colocação em curso de um programa abrangente e agressivo de reformas, a partir do qual seja possível compensar as concessões inevitáveis. Governos de esquerda, por mais moderados que sejam e por piores que sejam as circunstâncias em que operam, estão forçados a temperar a flexibilidade, o realismo e a tolerância com a ação firme e a clareza de propósitos próprias de uma lógica democrático-radical. Caso contrário, ficam sem força de propulsão, valores e identidade, arriscando-se a perder precisamente aquilo que é seu maior trunfo: a coerência, a disposição para regular democraticamente a vida, ou seja, a determinação para fazer com que o ético-político e o social prevaleçam sobre a lógica da economia e dos interesses.

Os ambientes categoricamente organizacionais e sistêmicos em que vivemos não são apenas lugares de angústia e ansiedade, nos quais se pode sentir aquela “confortável, suave, razoável e democrática” falta de liberdade antevista por Marcuse em *O Homem Unidimensional*. São também espaços de interesses e desejos exacerbados, que precisam ser compostos e recompostos sem cessar. As organizações nos cercam por onde quer que circulemos. Não conseguem proibir a reprodução ampliada de vários tipos de individualismo – mais deletérios uns, mais cooperativos outros --, mas não podem ser modeladas pelos desejos e interesses individuais ou particulares. “Sofrem” e nos perturbam, mas continuam a ser indispensáveis.

O maior desafio dos dirigentes democráticos e dos recursos humanos “inteligentes”, dentro e fora das organizações – ou seja, também no Estado e na sociedade --, é dar curso a uma dinâmica de reforma intelectual e moral que tenha potência para criar novas hegemonias. A força, as razões administrativas e a exigência de produtividade não são de modo algum o melhor caminho para se chegar a formas solidárias e democráticas de sociabilidade ou a novos pactos de convivência. *Dirigir* ficou muito mais importante que *dominar*.

Não pode haver Estado democrático sem cidadania ativa e sem participação, ou seja, sem sociedade organizada. Mas o social não basta a si próprio: na ausência de um Estado,

reduz-se a território de caça do mercado e desvincula-se da idéia republicana, ou seja, converte-se em um espaço de interesses autonomizados, mas não de direitos. O melhor terreno para o desencadeamento de dinâmicas de emancipação, de liberdade e de autodeterminação não é o Estado em sentido estrito (ou seja, o mundo do governo, da administração pública ou do poder), mas a sociedade civil, quer dizer, a malha de aparelhos e associações com as quais os interesses sociais se organizam e buscam se afirmar perante os demais, diante do Estado e como Estado. Isso implica, em decorrência, que a sociedade civil não é o outro lado do Estado, mas o coração do Estado: é com base nela e a partir dela que melhores Estados podem ser fundados e que novas plataformas de civilização conseguem ser instituídas.

DEMOCRACIA E SOCIEDADE CIVIL

O terreno próprio para a construção de uma hegemonia democrática radicalizada não é o Estado em sentido estrito (ou seja, o mundo do governo, da administração pública ou do poder), mas a sociedade civil, quer dizer, a malha de aparelhos e associações com as quais os interesses sociais se organizam e buscam se afirmar perante os demais, diante do Estado e como Estado. Isso implica, em decorrência, que a sociedade civil não é o outro lado do Estado, mas o coração do Estado: é com base nela e a partir dela que novos Estados podem ser fundados.

Na passagem do século XX para o século XXI, o terreno das relações entre Estado e sociedade civil ficou bastante congestionado.

Deveu-se isso, em boa medida, a um triplo esgotamento. Esgotou-se, antes de tudo, o modelo de desenvolvimento que fez a glória do capitalismo no correr dos últimos dois séculos: agressivo, predatório da natureza, impulsor da produção intensiva de bens de consumo supérfluos, baseado na subordinação da ciência e da tecnologia aos ditames da produção mercantil, cronicamente incapaz de produzir, ao mesmo tempo que progresso técnico e superprodução de bens, padrões superiores de vida coletiva, trabalho e distribuição de renda. Esgotou-se também o modelo neoliberal com que se

tentou, dos anos 70 em diante, responder à crise do Estado e repor a centralidade do mercado, a partir de políticas de desregulamentação e de ajustes de clara orientação monetarista. Ainda que o programa neoliberal persista de forma dissimulada nas agendas governamentais que abriram o século XXI, ficou ostensivamente patente a sua inadequação aos ideais de uma “boa sociedade” ou mesmo de uma economia capaz de realizar a essência do capitalismo. Esgotou-se, enfim, por ter alcançado sua plena explicitação, a crise da esquerda, que bem ou mal acompanhou as vicissitudes do neoliberalismo, recebeu o impacto das mudanças estruturais que afetaram as sociedades contemporâneas e sentiu os efeitos da desagregação do sistema socialista do Leste europeu. Deste ponto de vista, o final do século XX foi riquíssimo e pleno de novidades e paradoxos.

Na grande maioria dos países e nas diversas posições do espectro político-ideológico, fazem-se sentir os sintomas deste triplo esgotamento. Trata-se de algo ainda impreciso e sem rumo nítido, muito concentrado na retomada de algum protagonismo social-democrata (a “terceira via”) e na tentativa de agregar antigos alinhamentos partidários, comunidades virtuais, organizações civis, movimentos sociais e instituições governamentais. Progressivamente, a movimentação “alternativa” foi ganhando ímpeto e se alastrando por diferentes países, infiltrando-se, como opinião e como incentivo à ação, pelos interstícios da vida contemporânea, a ponto de reivindicar a constituição de uma “sociedade civil” a ela vinculada. As sucessivas reuniões do Fórum Social Mundial, as ações ecológicas e ambientalistas, a proliferação de associações e movimentos antiglobalização, o rápido crescimento da cibernautia, possível graças à ampla difusão da Internet, tudo foi mostrando que homens e mulheres, grupos e classes sociais, ainda que num cenário dramaticamente condicionado pela ação de poderosos conglomerados e organizado sob a forma de um “império”, se agitam e se mexem sem cessar.

É no âmbito do projeto democrático que se põe efetivamente a questão da sociedade civil. Fora daí, ela não faz muito sentido, ou, o que dá no mesmo, tem um sentido estreito e limitado. Isso quer dizer que precisamos de uma perspectiva que não só valorize a sociedade civil e celebre o seu crescente protagonismo, mas também colabore para politizá-la, libertando-a das amarras reducionistas e repressivas dos interesses

particulares, aproximando-a do universo mais rico e generoso dos interesses gerais, da hegemonia, em uma palavra, do Estado. Sem isso, a sociedade civil se despolitiza: não se dispõe como um espaço de organização de subjetividades, no qual pode ocorrer a elevação política dos interesses econômico-corporativos ou, em outros termos, a “catarse”, a passagem dos interesses do plano “egoístico-passional” para o plano “ético-político”, com a estrutura sendo elaborada em superestrutura na consciência dos homens, como falava Gramsci. Isso, por sua vez, pressupõe a configuração dos grupos sociais como sujeitos de pensamento, vontade e ação, capacitados para se universalizarem, saírem de si, se candidatarem à direção e à dominação. Sem Estado (sem uma ligação com o Estado e sem uma perspectiva de Estado), não há sociedade civil digna de atenção: sem Estado não pode haver hegemonia.

Uma situação na qual se aprofundam e se congelam tais oposições entre sociedade civil e Estado não é vazia de conseqüências. Em primeiro lugar, ela aumenta o risco de que se generalize categoricamente a idéia de uma sociedade civil “sem Estado”, isto é, desprovida de formas de mediação, que se representa a si mesmo o tempo todo e portanto nunca se representa de fato, na qual os interesses particulares, deixados a si, digladiam uns com os outros por motivos não muito nobres, estabelecendo um espaço de injustiças, opressão e desigualdade. Com isso, ficaria suspensa a resolução do problema de saber quem organiza os desorganizados, “protege” os mais fracos e dirige a sociedade civil, ou seja, quem direciona os interesses para novas formas de equilíbrio, igualdade e compensação. Em suma, nessa imagem “selvagem”, fica-se sem saber que instância reuniria as condições necessárias para “obrigar” os diversos interesses particulares a integrar uma comunidade política que os igualizaria e equilibraria. No limite, portanto, em um cenário no qual Estado e sociedade civil são mundos separados, torna-se bastante improvável a afirmação política da sociedade civil, isto é, a afirmação de novas hegemonias.

Em segundo lugar, aumentam também as possibilidades de que se materialize um “Estado sem sociedade civil”, ou seja, um Estado onipotentemente concentrado em seus poderes executivos, vazio de política, racionalmente gerencial, quando muito concebido como defensor de uma democracia minimalista e de uma sociedade civil capacitada para

firmar “parcerias” ou atuar em processos de descentralização participativa meramente protocolares.

Mas, como sempre, estamos em um campo de alternativas e opções, no qual se entrecruzam *subjetividades* e *estruturas*. Não faria sentido isolar o “pessimismo da razão”, carregar nas cores opacas do presente, denunciar o lado mais sombrio do mundo, superdimensionar a crise dos nossos dias, e deixar em plano secundário a sinalização das saídas, sem valorizar que mesmo no “pior” presente há elementos de mudança e renovação. O cenário é inequivocamente complicado, dentro e fora dos territórios nacionais. A reprodução do capitalismo é incompatível com a suavidade. Arrasta consigo organizações, estilos de vida e modos de pensar, abala convicções e verdades, causa um turbilhão de colapsos e exclusões. Excita e deprime ao mesmo tempo. Hoje, a situação é de desmontagem, revisão e adaptação. Navega-se em mares ricos de informação e entretenimento, de prazeres fugazes e conexões facilitadas, mas a comunicação é cada vez mais truncada e não leva a plataformas comuns ou projetos coletivos. Na paisagem geral, o que vigora é a fragmentação. Em vez de se concluir, a modernidade se radicalizou.

Se o social se fragmentou e se diversificou, se a sociabilidade está mais complexa e o Estado passou a falhar em seu desempenho, é inevitável que se projete uma situação na qual os espaços sociais sejam radicalmente valorizados. Tudo leva a crer que o Estado não terá como voltar a desempenhar os mesmos papéis que desempenhou antes, mas ao mesmo tempo não é razoável imaginar que aqueles que pretendam dirigir o futuro consigam avançar se se puserem fora do Estado ou sem um Estado. Opor ao “excesso de Estado” uma lógica sociólatra baseada na valorização unilateral dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais, da “autonomia ética” e da descentralização, é fazer a apologia de uma sociedade civil vazia de conseqüências positivas, que luta mas não está atravessada por lutas e não pode, portanto, se estruturar como um campo de ações dedicadas a organizar novas hegemonias.

Diante desse quadro, repõe-se a questão de saber como lidar com a fragmentação que se instalou nas sociedades contemporâneas, como unificar os interesses sem diminuir a

diferenciação e as grandes margens de liberdade e individualidade adquiridas ao longo do tempo, como, em suma, unificar e organizar sem burocratizar, tolher e homogeneizar. Nesse sentido, o conceito gramsciano de sociedade civil – por sua natureza eminentemente política e estatal, quer dizer, por sua capacidade de refletir aquele espaço que, na realidade das sociedades complexas, possibilita uma oportunidade de unificação e agregação superior – mostra sua utilidade, na medida em que cria uma espécie de zona-limite da desagregação social.

A sociedade civil balizada pelo movimento de “desobediência civil” e pelo associativismo alternativo que hoje preponderam nos ambientes democráticos e de esquerda expressa uma indignação em marcha. Trata-se, antes de tudo, de um campo de resistência. Sua fragmentação é em boa medida inevitável, já que reflete uma situação explosiva, multifacetada, complexa, despojada de centros organizacionais. Não há nela, ainda, por isso, sujeitos capazes de se universalizarem, ou seja, de fixarem projetos em condições de converter a resistência em “ataque”, em estratégia de poder. Seu próprio modo de ser inviabiliza sua unificação. Ao mesmo tempo, porém, seu constante e dedicado ativismo facilita e impulsiona a disseminação de éticas alternativas que, pelos interstícios do sistema global, contribuem para o desgaste político ou mesmo a condenação moral de muitas opções governamentais e orientações doutrinárias.

Seja como for, aceitando-se como razoável (ainda que discutível) e como normativamente meritória a tese de que o século XXI assistirá à transição do Estado-nação para uma “democracia cosmopolita” e “pós-nacional”, será preciso estabelecer que sujeitos e instituições se encarregarão dessa operação. A nova dialética do global e do local não se acomoda com facilidade na política nacional e só pode se resolver adequadamente num contexto normativo transnacional. Mas não é nada simples estabelecer um modo de agir transnacional e sobretudo uma forma de fazer com que a ação produza resultados e organize os povos do mundo em novas bases. De algum modo, portanto, o avanço da globalização – que conheceu uma fase abertamente dedicada a desregular e a desconstruir o Estado – trará consigo uma nova valorização do institucional, do político e do estatal. Um novo parâmetro de regulação transnacional não virá do esforço de movimentos sociais referenciados por uma idéia “social” de sociedade

civil, espontaneamente estruturada e eticamente motivada. Uma eventual “sociedade civil mundial” somente poderá se objetivar com Estados fortes e instituições capacitadas para organizar demandas particulares (individuais, grupais, locais, nacionais) em termos gerais. Avanços para além dos Estados-nação sempre irão requerer a consideração rigorosa das realidades nacionais como centros de vida política e democrática. Em outros termos, a questão das formas de luta não se resolve fora do plano concreto da história. Qualquer postulação utópica, de resto, deve poder precisar seus objetivos a médio e a curto prazo, e esses objetivos se situam inevitavelmente nos campos concretos do agir coletivo.

A demarcação de um território de lutas que ignore os Estados nacionais realmente existentes, , por exemplo, pode dar margem a um cosmopolitismo abstrato, desprovido de bases materiais e de chances políticas, com o que se desmancharia a possibilidade mesma de uma estratégia anti-sistêmica efetiva. Por trás de cada operação econômica transnacional há bases nacionais que dependem de Estados locais para se viabilizarem. O Estado-nação tradicional está certamente mudando sua forma e tendendo a dar lugar a formas mais locais e regionais de autoridade política. Qualquer que seja sua forma, porém, ele persiste como ponto de referência e “abrigo” dos povos do mundo: uma espécie de “eticidade superior”, uma força educativa e unificadora contra a fragmentação e a atomização social derivadas da objetivação do capitalismo. A política democrática não tem como dispensar o poder do Estado em suas tentativas de controlar os movimentos do capital e submetê-los a algum tipo de vontade política geral.

Hoje, no plano concreto da vida, formas virtuais de democracia convivem e interagem com democracias reais, fóruns transnacionais e arranjos institucionais múltiplos. É sugestivo o cenário que se descortinará caso elas venham a prevalecer, promovendo uma descentralização total da tomada de decisões. Mas as redes funcionam em mão dupla: do mesmo modo que viabilizam a defesa dos ecossistemas e uma existência alternativa, são a porta de entrada do terrorismo virtual, da sexualidade descorporificada, dos piratas sem causa, de um mundo sem cidadanias referenciadas. Não cabe, por isso, divinizá-las nem diabolizá-las e sim, ao contrário, observá-las como promessas a serem decifradas. No fundo, é o mesmo problema de sempre: compor soluções a partir da tensão entre o

que está dado, instituído e localizado e o que está em ebulição, se instituindo, sendo proclamado ou simplesmente fluindo.

Nunca como hoje se reuniram tantas condições para a construção de uma forma justa e inteligente de vida. Esse é o grande produto da fase de radical mundialização do mundo em que nos encontramos: da desterritorialização, do avanço tecnológico e científico, das possibilidades de produção material, do salto gigantesco em termos de comunicação e acesso a informações, do surgimento de novos espaços de troca e convivência, do aumento das chances de fundação de uma democracia de novo tipo. O mundo se desprovincianiza a olhos vistos, perde os vínculos estreitos com os territórios, assiste à abertura de verdadeiras fendas nas velhas soberanias, nas velhas estruturas, nas velhas instituições, ou seja, em tudo aquilo com que se viabilizaram tantos horrores e se construiu o progresso passado. O futuro não está claro, mas está bem mais ao alcance da mão.